

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.015 - MS
(2019/0352442-0)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : ERIK VINICIUS TEODORO DE SOUZA (PRESO)
ADVOGADO : NILSON DONIZETE AMANTE - MS016639
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

O recorrente, **acusado da prática de tráfico e associação para o tráfico, mediante o emprego de arma de fogo**, aponta coação ilegal em seu direito de locomoção, em decorrência de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, que denegou a ordem no HC n. 1412406-97.2019.8.12.0000.

Segundo a defesa, "passados mais de 131 dias da prisão (atualmente 166 dias), não havia sido iniciada a instrução processual" (fl. 244) Aduz, ainda, que o réu, "aos 33 anos de idade, não tem antecedentes criminais (veja na folha de antecedentes, houve apenas um registro, de infração de menor potencial ofensivo no ano de 2005, e apenas a atual imputação), possui ocupação lícita e residência na Comarca de Água Clara/MS" (fl. 244).

Pleiteia, liminarmente e no mérito, "seja conhecido e provido o presente recurso, reconhecendo a **ilegalidade na manutenção da prisão ante o excesso de prazo** para o encerramento da instrução processual, expedindo-se o competente alvará de soltura em favor do Recorrente" (fl. 246, destaquei).

Decido.

Sobre o tema, faço lembrar que os prazos processuais previstos na legislação pátria devem ser computados de maneira global e o reconhecimento do excesso deve-se pautar sempre pelos critérios da razoabilidade e da proporcionalidade (art. 5º, LXXVIII, da CF), considerando cada caso e as suas particularidades.

A Corte estadual afastou a alegada demora aos seguintes argumentos (fl. 233, grifei):

No presente caso, à luz do panorama fático-processual constante dos autos da ação penal, pode-se verificar, com extrema clareza, que **o feito, até a atual fase em que se encontra, teve regular e pronto andamento, não havendo notícias da ocorrência de suposta morosidade ou retardo na implementação dos atos processuais, tampouco desídia ou inércia na prestação jurisdicional, não havendo o que se falar em coação ilegal.**

Na hipótese em tela, é preciso que seja anotado o fato de que, **no caso dos autos, foi necessária a expedição de carta precatória, procedimento esse que também demanda inexoravelmente um breve elastecimento da marcha processual, principalmente pela necessidade de observância de determinadas formalidades legais intrínsecas ao fiel cumprimento desse ato.**

Outrossim, deve se ter em mente, à luz do cenário jurídico hodierno, o fato de que o exacerbado e excessivo número de demandas judiciais no âmbito das varas criminais do Poder Judiciário é fator preponderante, e que figura como elemento capaz de justificar eventual extensão do período temporal previsto para a conclusão da ação penal, devendo, portanto, ser sopesado no exame dessa alegação.

Assim, conclui-se que **o prazo decorrido desde a prisão do paciente até então está dentro do critério da razoabilidade, respeitando, também, o princípio da proporcionalidade, de modo que não há qualquer excessividade desproporcional capaz de atribuir ilegalidade ao decreto prisional preventivo do paciente.** Portanto, não há falar em excesso de prazo, pelo que afastado tal alegação.

Não constato, portanto, a um primeiro olhar, delonga injustificada na tramitação processual. Ademais, em consulta ao site do Tribunal *a quo* (www.tjms.jus.br), este gabinete tomou conhecimento de que **a audiência de instrução e julgamento está marcada para o dia 16/12/2019**, tudo a evidenciar que o encerramento do feito está próximo.

À vista do exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeiro grau acerca do andamento da ação penal, via malote digital.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
Relator